



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

AVISO DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº001/2021

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2021/SEDEC

PROCESSO Nº 445906/2021/SEDEC

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso - SEDEC, por intermédio da Pregoeira, a Sra. ANGELA MARIA DA SILVA BASTOS ZUBA, designada pela Portaria nº038/2021/GSAAS/SEDEC, de 05 de Outubro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 06 de Outubro de 2021, Nº28.099, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados **A ABERTURA** da Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico Registro de Preços Nº014/2021/SEDEC, do Tipo : MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, conforme condições e especificações detalhadas, constantes no Edital Nº014/2021/SEDEC e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO: 17/12/2021, às 9h00min (Horário Local de Cuiabá) e 10h00min (Horário de Brasília).

OBJETO: Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de material permanente: Motoniveladora; Escavadeira Hidráulica; Pá Carregadeira de Rodas; Caminhão 250 cv, 6x2 com Tanque Pipa de 11.000 Lt; Caminhão 277 cv, 6x4 com Caçamba Basculante de 12m³, de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência, anexo I do Edital, por um Período de 12 Meses.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL: Entre os dias 07/12/2021 a 16/12/2021, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão (17/12/2021), quando o horário máximo de aceitação será até às 8h45min (horário local de Cuiabá) E 09h45min (Horário de Brasília).

EDITAL disponibilizado em www.comprasgovernamentais.gov.br e no site www.sedec.mt.gov.br/publicacoes.

Outras informações na Coordenadoria de Aquisições e Contratos/SEDEC-MT– Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 1077, Bairro Goiabeiras, CEP 78032-000, Cuiabá-MT ou pelo e-mail licitacao@sedec.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, exceto em feriados, em horário de expediente local ou pelos telefones (065) 3613-0045 e 3613- 0023.

Cuiabá, 03 de Dezembro de 2021.

THANIA ZANETTE

Coordenadora de Aquisições e Contratos da SEDEC/MT



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2021/SEDEC - REPETIÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº002/2021 – REPETIÇÃO
PROCESSO Nº 445906/2021/SEDEC

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso - SEDEC, por intermédio da Pregoeira, a Sra. MAURICIO RODRIGUEZ MANEIRO, designada pela Portaria nº038/2021/GSAAS/SEDEC, de 05 de Outubro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 06 de Outubro de 2021, Nº28.099, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados **A ABERTURA** da Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico Registro de Preços Nº014/2021/SEDEC, do Tipo : MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, conforme condições e especificações detalhadas, constantes no Edital Nº014/2021/SEDEC - e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO: 13/01/2022, às 9h00min (Horário Local de Cuiabá) e 10h00min (Horário de Brasília).

OBJETO: Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de material permanente: Caminhão 250 cv, 6x2 com Tanque Pipa de 11.000 Lt, de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência, anexo I do Edital, por um Período de 12 Meses.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL: Entre os dias 03/01/2022 a 12/01/2022, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão (13/01/2022), quando o horário máximo de aceitação será até às 8h45min (horário local de Cuiabá) E 09h45min (Horário de Brasília).

EDITAL disponibilizado em www.comprasgovernamentais.gov.br e no site www.sedec.mt.gov.br/publicacoes.

Outras informações na Coordenadoria de Aquisições e Contratos/SEDEC-MT– Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 1077, Bairro Goiabeiras, CEP 78032-000, Cuiabá-MT ou pelo e-mail licitacao@sedec.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, exceto em feriados, em horário de expediente local ou pelos telefones (065) 3613-0045 e 3613- 0023.

Cuiabá, 30 de Dezembro de 2021.

THANIA ZANETTE

Coordenadora de Aquisições e Contratos da SEDEC/MT



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

PREGÃO ELETRÔNICO- REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2021/SEDEC

PROCESSO Nº 445906/2021/SEDEC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021/SEDEC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 001/2021

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

DATA DA SESSÃO: 17/12/2021

HORÁRIO: 09h00min (Horário de Cuiabá-MT) 10h00min – Horário de Brasília.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

Pregoeiro: Angela Maria da Silva Bastos Zuba

Telefone: (065) 3613-0045.

Atendimento: 09h00min às 17h00min.

E-mail: licitacao@sedec.mt.gov.br

UASG: 929061

Suporte Técnico: 0800 978 9001 - WhatsApp - Lia (61) 99645-2287

Suporte realizado de segunda à sexta-feira, de 07h00min as 20h00min (Brasília)

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material permanente: MOTONIVELADORA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PÁ CARREGADEIRA DE RODAS, CAMINHÃO 250 CV, 6X2 COM TANQUE PIPA DE 11.000LT, CAMINHÃO 277 CV, 6X4 COM CAÇAMBA BASCULANTE DE 12 M3, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, visando atender as demandas do Governo do Estado de Mato Grosso através da SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 445906/2021

1 PREÂMBULO

1.1 Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **ESTADO DE MATO GROSSO**, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**, mediante o PREGOEIRO OFICIAL da SEDEC/MT, designado (a) pela Portaria nº. 0038 de 05/10/2021, publicada no Diário Oficial do Estado/MT nº 28.099 em 06/10/2020, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, sob o CNPJ nº. 03.507.415/0013-88, representada pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, com sede na Av. Presidente Getúlio Vargas, n. 1077, Bairro Goiabeiras, CEP 78.032-000, nesta Capital; realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento menor preço por lote, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013; dos Decretos Estaduais: nº 840 de 10 fevereiro de 2017, nº 7.218, de 14 de março de 2006, e nº 8.199, de 16 de outubro de 2006, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, das Leis Complementares: nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nº 10.442, de 03 de outubro de 2016, e nº 605, de 29 de agosto de 2018, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 17/12/2021

Horário: 09h00min (Horário de Cuiabá-MT) 10h00min – Horário de Brasília

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

Modo de Disputa: Aberto

2 DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para “Registro de Preço para aquisição de Motoniveladora, Escavadeira hidráulica, Pá carregadeira de rodas, Caminhão 250 CV, 6x2 com tanque pipa de 11.000lt, Caminhão 277 cv, 6x4 com caçamba basculante de 12 m3, de acordo com as **especificações do Termo de Referência (anexo I)**, visando atender as demandas do Governo do Estado de Mato Grosso através da SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso.

2.2 A licitação será realizada em **ITENS**, facultando-se ao licitante a participação em quantos ITENS forem de seu interesse.

2.3 O critério de julgamento adotado será **menor preço global por itens**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4 Este Pregão possui apenas itens para ampla concorrência. Justifica-se a não reserva de cotas nos termos estabelecidos nos art. 47 e 48 da Lei 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, devido ao atendimento a Lei Ferrari (nº 6.729/79), não obstante isso, a deliberação 64/2008 do CONTRAN em seu anexo, define “veículo novo” como veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes do seu registro e licenciamento”.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 Conforme § 2º do Art. 60 do Decreto Estadual Decreto Estadual nº 840/2017, na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento equivalente.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1 Empresas consorciadas;

5.2.2 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.3 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.4 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.5 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

5.2.6 Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

5.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5.2.8 Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017);

É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

5.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

5.3.1 Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

5.3.2 De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

5.3.3 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

5.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

5.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.5.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.5.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.5.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

5.5.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.5.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.8 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.7 Em atendimento ao artigo 65 do Anexo IV do regulamento do ICMS (RICMS/2014), todo e qualquer licitante que tenha benefício/isenção fiscal de ICMS deve apresentar junto aos documentos de habilitação declaração, devidamente assinada, que possui benefício/isenção fiscal concedida e que nos preços ofertados está inclusa toda a carga tributária respectiva. O valor relativo ao ICMS devido será deduzido em forma de desconto no momento da emissão da nota fiscal, sendo tal desconto demonstrado expressamente quando da emissão da respectiva nota para pagamento.

5.8 O licitante estabelecido em outra unidade da Federação deve apresentar declaração informando, quando for o caso, a diferença de alíquotas de ICMS, sendo assim dispensado do recolhimento do ICMS Diferencial de Alíquotas mediante desconto à SEDEC-MT a ser aplicado na respectiva nota fiscal, anotando no campo “Informações Complementares” a indicação dos atos normativos que ensejaram a isenção.

6 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

6.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 O licitante deverá encaminhar a proposta (anexo II) por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas:

- a) Selecionar o(s) item(s) a que se refere à proposta;
- b) Preencher os prazos de início para fornecimento do item/grupo e o prazo de validade da proposta, observadas as disposições deste edital relativas à proposta escrita;
- c) Indicar a Marca e/ou Modelo do objeto ofertado no item, exceto quando a licitante for à própria fabricante, caso em que, para evitar a identificação prévia do proponente e consequente desclassificação da proposta, deverá ser utilizada a expressão “*Marca Própria*”;
- d) Registrar o valor unitário e total do item.

7.1.1 Dados da Proponente: razão social, CNPJ/MF, Inscrição Estadual, endereço completo, telefone para contato, endereço eletrônico (e-mail), conta corrente, agência e respectivo Banco (*Preferencialmente “Banco do Brasil”*).

7.2 Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.3 O preço ofertado deverá contemplar todas as despesas que o compõem, tais como de embalagem, frete, garantia, transporte, e seguro para entrega do bem no local indicado, bem como, todos os encargos (obrigações sociais, impostos, tributos, tarifas, taxas, etc.), e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e anexos.

7.4 DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS ESPECÍFICAS - A Empresa vencedora deverá encaminhar juntamente com a proposta:

- I. A licitante deverá apresentar atestado (s) de capacidade técnica expedida (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado em nome da licitante que comprove (m) fornecimento (s) anterior (es) de objeto pertinente e compatível com o objeto deste Edital.
- II. No caso de atestado emitido por empresa da iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
- III. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

IV. O (s) atestado (s) de capacidade técnica deverão se referir a fornecimentos prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil.

V. **Não** será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela licitante, a empresa controladora ou que tenha pessoa física que seja sócia da empresa e/ou da Licitante.

7.4.1 O licitante poderá participar do Certame Licitatório desde que seja do ramo de atividade econômica pertinente ao objeto e que atenda todas as condições e especificações constantes no termo de referência.

7.4.2 Nas aquisições de veículos novos será obrigatório aos participantes do certame:

- a) Obediência a LEI FERRARI Nº 6.729/1979, CONVÊNIO ICMS Nº 64/2006 DE 07/07/2006.
- b) A nota fiscal seja emitida pelo fornecedor ou concessionária autorizada diretamente ao órgão adquirente conforme a **Portaria nº 525/2019/GP/DETRAN-MT**.
- c) O primeiro emplacamento seja feito em nome do órgão adquirente conforme portaria mencionada acima.

7.4.3 Os documentos exigidos neste certame que não foram apresentados no Cadastro Geral de Fornecedores SICAF, inclusive balanço patrimonial no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte, bem como aqueles que foram apresentados, mas estão com a validade expirada, deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Aquisições e Contratos, nos mesmos parâmetros estabelecidos nos subitens 12.1 e 15.1, respectivamente, com a validade renovada.

7.4.4 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo (a) pregoeiro (a).

7.5 Os documentos apresentados pelas licitantes nas propostas de preços e nos documentos de habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

7.6 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, em sendo possível, constar o número de inscrição no CNPJ e endereço respectivo, salientando que:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;
- b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

7.7 Os documentos de HABILITAÇÃO apresentados sem disposição expressam do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão.

7.7.1 Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

7.8 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

7.8.1 O (a) pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;

7.9 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.10 Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos deverá o(a) pregoeiro(a) considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejem a aplicação do artigo 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006.

7.11 Poderá o (a) pregoeiro (a) declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

7.12 Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o(a) pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

7.13 Somente serão solicitados os documentos de habilitação da licitante vencedora, no entanto, o(a) pregoeiro(a) poderá solicitar os documentos de habilitação das demais licitantes quando estes se manifestarem sobre a intenção de interpor recursos administrativos ou desde que estes estejam implicados na questão.

7.14 Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, a licitante classificada em primeiro lugar, será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

7.15 Se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências editalícias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e após negociação, iniciará a fase de habilitação.

7.16 Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço e que cumprir todos os requisitos de habilitação.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital e seus anexos.

8.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6 O lance deverá ser ofertado o total do lote, ou seja, ofertar lance para todos os itens, porém o julgamento adotado será o menor preço total do LOTE.

8.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8 O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e/ou registrado pelo sistema.

8.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (zero vírgula zero um).

8.10 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.15 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.16 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

- 8.17** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.18** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.19** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.20** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.21** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.22** O Critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.23** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.24** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.25** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.26** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.27** Quando houverem propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 8.28** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.29** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- a) No país;
 - b) Por empresas brasileiras;
 - c) Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

- d) Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.30 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.32 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.33 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.34 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, quando se apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

9.5.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, prazo de garantia e validade, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 DA HABILITAÇÃO

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:2::>

- e) Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Administração Pública do TCE/MT <https://www.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/542>;

10.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- a) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- b) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- c) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.1.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à **habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica**, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.1.6 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.1.7 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, **ou** encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.1.8 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.1.9 O pregoeiro por meio do chat solicitará no prazo máximo de 02 (duas) horas o envio através do e-mail licitacao@sedec.mt.gov.br dos documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, ou ainda quando houver alguma documentação vencida, cassada ou inexistente no SICAF.

10.2 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.3 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.6 Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.6.1 Habilitação jurídica:

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

Documento de identidade válido do representante da licitante, sendo que, em caso de representação por procuração:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

- a) Por instrumento público, deverá ser apresentada, além da respectiva procuração, o documento de identidade do outorgado;
- b) Por instrumento particular, deverá ser apresentada a procuração com reconhecimento de firma do outorgante e os documentos de identidade válidos do outorgante e do outorgado.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.6.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ (disponível no site: www.receita.fazenda.gov.br) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária (disponível no site: www.receita.fazenda.gov.br);
- III. Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual não inscrito em dívida ativa (CND), emitida pelo respectivo órgão fazendário estadual ou distrital (para as empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, a certidão específica para participar de licitações poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br);
- IV. Certidão Negativa de Débitos Inscritos em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado (sede da licitante);
- V. Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;
- VI. Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal (disponível no site www.caixa.gov.br);
- VII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho (disponível no site www.tst.jus.br).

Todas as certidões de regularidade fiscal acima exigidas devem se referir ao domicílio tributário da licitante;

As certidões descritas nos incisos III e IV acima podem ser apresentadas de forma consolidada, se assim for permitido pela legislação do domicílio tributário da licitante, caso em que o(a) Pregoeiro(a) poderá exigir da licitante a comprovação da respectiva norma e vigência;

As certidões positivas com efeito de negativas produzirão os mesmos efeitos das certidões negativas, nos termos do Código Tributário Nacional.

A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a licitante será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração da vencedora, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

10.6.3 Qualificação Econômico-Financeira.

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante:

No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação. *(Conforme entendimento fixado pelo Tribunal de justiça nos autos do AREsp 309.867/ES, “empresas submetidas a processos de recuperação judicial podem participar de licitação desde que demonstrem, na fase de habilitação, que tem viabilidade econômica”).*

Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

- a) No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- b) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- c) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- d) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.6.4 Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 1420/2013 de RFB e alterações, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

I - Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

II - Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital–Sped;

III - Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

IV - Requerimento de Autenticação de Livro Digital;

V - Termo de Autenticação da Junta Comercial.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

10.6.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.6.6 Será facultada ao licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte e/ou microempreendedor individual, atestar a qualificação econômico-financeira através da comprovação de capital social mínimo ou de patrimônio líquido de acordo com o §4º do art. 23 da Lei Complementar nº 605, de 29 de agosto de 2018. Ou, poderá comprovar a qualificação econômico-financeira de acordo com o art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 10.442, de 03 de outubro de 2016:

- a) Apresentação de certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física;
- b) Apresentação de cópia da declaração anual de rendimentos/imposto de renda;

10.6.7 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.6.8 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.6.9 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.6.10 Qualificação Técnica:

A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar atestado(s) de capacidade técnica, pertinente e compatível(is) com o objeto desta licitação, podendo o(s) mesmo(s) ser(em) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado caso o(s) atestado(s) seja(m) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado, deverá(ão) ser(em) apresentado(s) com firma reconhecida em cartório.

10.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.8 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.9 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.10 No caso de licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.10.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor, **observando o item 7 deste Edital**, deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da convocação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 Deverá conter Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone para contato, endereço eletrônico (e-mail), a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

12 DOS RECURSOS

12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, **será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.3 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo(a) Pregoeiro(a), exceto se:

- I. Houver recurso;
- II. Houver apenas uma proposta válida.
- III. O preço obtido ficar acima do estimado.

14.2 Nas hipóteses dos incisos I, II e III do item anterior, o(a) Pregoeiro(a) deverá submeter o processo à autoridade superior, a quem caberá decidir quanto à adjudicação do objeto licitado.

14.3 Na hipótese do inciso III, antes de submeter o processo à autoridade superior, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar nova pesquisa de preços para verificar eventual alteração do preço de mercado.

14.4 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologado o resultado da licitação, terá a adjudicatária o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o Órgão para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.1.2 O prazo estabelecido para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela Administração.

15.2 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório.

15.3 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação.

15.4 A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

15.5 A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir contratar, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa à licitação, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, conforme art. 15, §4º, da Lei 8666/93.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

15.6 Os contratos decorrentes na modalidade Registro de Preço - RP terão sua vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos.

15.6.1 A fornecedora se obriga, nos termos do Edital e no período de vigência da ATA, a assinar o contrato em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, onde passará a ser CONTRATADA.

15.7 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no sítio da Secretaria de Estado de desenvolvimento Econômico, <http://www.sedec.mt.gov.br/editais> e no site www.comprasgovernamentais.gov.br, disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

15.8 Outras condições, obrigações e exigências estabelecidas, consubstanciar-se-ão em Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do anexo IV deste Edital.

16 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, **poderá** firmar contrato ou termo equivalente específico (como carta contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra) com a Empresa Registrada visando à execução do objeto desta licitação nos termos e condições da minuta de contrato em anexos a este Edital.

16.1.1 A empresa registrada terá o **prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.2.1 O prazo previsto nos subitens anteriores poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões e especificações dos objetos contidas no edital e seus anexos;

16.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

16.4 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de **12 (doze) meses**, conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos, podendo ser prorrogado somente, pelo período necessário a entrega dos objetos, se presente uma das hipóteses previstas no artigo 57, § 1º da Lei nº 8666/93.

16.4.1 O respectivo instrumento contratual, poderá ser prorrogado, se presente uma das hipóteses previstas no artigo 57 da Lei nº 8666/93. Sendo que durante este período a contratada deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação

16.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.6 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.7 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16.9 A publicação resumida do instrumento de Contrato e de seus eventuais aditamentos se dará na imprensa oficial do Estado, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração no prazo estabelecido pela Lei 8.666/93.

17 DO REAJUSTAMENTO

17.1 As regras acerca do reajustamento do valor contratual são as estabelecidas na minuta do Contrato, anexo a este Edital.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos na minuta do Contrato, anexo a este Edital.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na minuta do Contrato, anexo a este Edital.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

20 DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na minuta do Contrato, anexo a este Edital.

21 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e Decreto Estadual 840 de 2017, a Adjudicatária que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

21.2 Se cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

21.2.2 Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato ou nota de empenho;

21.2.3 A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor do contrato ou nota de empenho, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso;

21.2.4 Em caso de inexecução parcial ou total, a multa compensatória, será de até 10% (dez por cento) e será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

21.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.6 As sanções aplicadas serão comunicadas ao Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Mato Grosso para registro no cadastro da respectiva sancionada e ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS/MT;

21.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Adjudicatária ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

21.3 Se a Licitante não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte da Secretaria de Estado de Saúde, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Estado, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela **Procuradoria Geral do Estado**.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

21.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e Decreto Estadual 840 de 2017.

21.5 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

21.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.7 A Adjudicatária poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade/quantidades dos bens e/ou a prestação no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para sessão de abertura das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e/ou impugnar o edital e seus anexos, mediante requerimento escrito fundamentado ao(a) Pregoeiro(a), encaminhado para o e-mail licitacao@sedec.mt.gov.br, como arquivo anexo, digitalizado e contendo assinatura em todas as vias, ou protocolado diretamente na Coordenadoria de Aquisições da SEDEC/MT, em horário de expediente sendo: 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00 horas(horário de Cuiabá);

22.2 Nos pedidos de esclarecimentos, providências ou nos atos de impugnação deverá constar o nome da empresa interessada na solicitação, do representante legal, telefone para contato e e-mail, para que possam ser colhidas informações e/ou transmitida à resposta aos atos retro solicitados.

22.3 Caberá ao(a) Pregoeiro(a), se necessário auxiliado por técnicos da área do objeto licitado, decidir sobre a impugnação e/ou esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido;

22.4 Se procedente e acolhida à impugnação e/ou de pedido de esclarecimento as alterações do Edital serão sanadas e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada pela Administração, para a realização do certame;

22.5 Os esclarecimentos/impugnações serão disponibilizados nos sítios da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**, endereço <http://www.sedec.mt.gov.br/editais>, bem como, no Comprasnet SIASG (www.comprasgovernamentais.gov.br) e em campo próprio do sistema e passarão a integrar o presente Edital,

22.6 Não sendo formuladas solicitações de esclarecimento ou impugnação até o prazo para abertura das propostas, pressupõe-se que os elementos fornecidos no edital são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da Proposta de Preços e dos Documentos de Habilitação, não cabendo as Licitantes, direito de qualquer reclamação posterior.

22.7 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal;

22.8 Na ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

22.9 Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízos das demais sanções previstas neste edital.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília – DF.**

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e <http://www.sedec.mt.gov.br/editais> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, sito à Av. Getúlio Vargas, 1077 - Goiabeiras, Cuiabá - MT, CEP: 78043-000, na Coordenadoria de Aquisições e Contratos, nos dias úteis, nos horários das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min (Horário de Cuiabá), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

23.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência
- Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- Anexo III – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;
- Anexo IV – Ata de Registro de Preço;
- Anexo V – Minuta de Contrato;
- Anexo VI – Termo Anticorrupção.

Cuiabá-MT, 02 de dezembro de 2021.

Thania Zanette

Coordenadora de Aquisições e Contratos

Andréa Andolpho de Moraes

Secretária Adjunta Adm. Sistêmica

César Alberto Miranda Lima dos Santos Costa

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico
Ordenador de Despesas



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2021

1 – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA	
1.1 - ÓRGÃO: SEDEC/MT	1.2 - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/2021
1.3 - CÓDIGO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 17101	1.4 - DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO: () Bens de Consumo (X) Material Permanente
1.5 - UNIDADE SOLICITANTE: SEDEC/MT	

2 – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

2.1 - OBJETO SINTÉTICO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material permanente: MOTONIVELADORA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PÁ CARREGADEIRA DE RODAS, CAMINHÃO 250 CV, 6X2 COM TANQUE PIPA DE 11.000LT, CAMINHÃO 277 CV, 6X4 COM CAÇAMBA BASCULANTE DE 12 M3, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, visando atender as demandas do Governo do Estado de Mato Grosso através da SEDEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso.

3 - ELENÇOS DOS ITENS PARA AQUISIÇÃO

LOTE 01 - COTA PRINCIPAL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE	Valor Un.	Valor Total.
1	MOTONIVELADORA NOVA - Com cabine fechada com ar-condicionado, motor diesel, potência mínima 140 HP ou unidade equivalente, transmissão mínima 6 velocidades a frente e 3 a ré, peso operacional mínimo 14.500 kg, lâmina largura mínimo de 3.500 mm. Ripper traseiro com três dentes. Tanque de combustível cheio no momento da entrega. Adesivamento institucional do órgão conforme instruções de Padronização Visual. Garantia mínima 12 meses e assistência técnica garantida.	15		
Valor total Estimado do lote				

LOTE 02 - COTA PRINCIPAL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE	Valor Un.	Valor Total.
1	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA - Sobre esteiras, com cabine fechada e ar-condicionado, motor diesel, potência mínima 150 HP ou unidade equivalente, capacidade volumétrica da caçamba mínima 1,00 m³, peso operacional mínimo 20.000 kg. Tanque de combustível cheio no momento da entrega. Adesivamento institucional do órgão conforme instruções de Padronização Visual. Garantia mínima 12 meses e assistência técnica garantida.	10		
Valor total Estimado do lote				



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

LOTE 03 - COTA PRINCIPAL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE	Valor Un.	Valor Total.
1	CARREGADEIRA SOBRE RODAS - Equipada com motor diesel, potência mínima 120 HP ou unidade equivalente, tração 4x4, caçamba capacidade mínima 1,7 m ³ , cabine fechada com ar-condicionado, peso operacional mínimo 10.000 kg. Tanque de combustível cheio no momento da entrega. Adesivamento institucional do órgão conforme instruções do anexo IV – Padronização Visual, deste Termo de Referência. Garantia mínima 12 meses e assistência técnica garantida.	09		
Valor total Estimado do lote				

LOTE 04 - COTA PRINCIPAL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE	Valor Un.	Valor Total
1	CAMINHÃO PIPA – Cassi de caminhão novo de fabricação nacional, ano 2021, modelo 2021, cabine frontal com basculamento, revestido em chapa de aço, tração 6x2, motor a diesel, potência mínima de 250cv, 6 cilindros em linha, peso bruto total de 23.000kg, capacidade máxima de tração de no mínimo 35.000kg, com mínimo de 6 marchas a frente e 1 a ré, ar condicionado na cabine, tanque de combustível de no mínimo de 270 litros, sistema elétrico de 24 volt, freios a ar, freio motor de cabeçote e válvula tipo borboleta, direção hidráulica, equipado com tanque pipa de 11.000ltrs , com sistema de caixa bomba, estrutura, corpo, tampões e quebra ondas, tampa de carga e inspeção, longarinas, para-choques conforme resolução do Contran 152/2003 (articulado), guarda corpo, passadiço antiderrapante, sinalização, descarga, sistema de fixação, protetor de ciclista, pintura externa eletrostática na cor solicitada, pintura interna, conjunto motor e bomba multiplicadora com vazão 75 m ³ /h e pressão de 70mca acionado pela tomada de força multiplicadora inclusa no conjunto, instalada na caixa de câmbio do veículo, com transmissão através do eixo homocinético, sucção, com mangueira de sucção com 5m e válvula de pé, expedição, saída para recalque com diâmetro de 2 polegadas, fixadas nas laterais do tanque com engate stortz, barra de irrigação com comando direto da cabine por sistema pneumático, carretel com mangote de borracha diâmetro de 1 pol. por 8mts de comprimento, bicos de patos instalados na traseira do tanque, articulados, acionados pela pressão da bomba e comando direto da cabine por sistema pneumático, canhão para combate a incêndio instalado na parte superior do tanque com movimentos através do cabo volante com trava de posicionamento tendo como alcance 45 mts, com movimentação de 360° na horizontal e de 15° a 80° na vertical	08		
Valor total Estimado do lote				



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

LOTE 05 - COTA PRINCIPAL				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QDE	Valor Un.	Valor Total.
1	CAMINHÃO TRUCK - Chassi de caminhão novo, zero km de fabricação nacional, ano 2021 modelo 2021, ou superior, cabine frontal, com basculamento para manutenção, revestida em chapa de aço, tração 6x4, motor a diesel, potência mínima de 277cv, 6 cilindros em linha, injeção eletrônica, capacidade de carga 23.000 kg, Capacidade Máxima de Tração de no Mínimo 42.000 kg, com mínimo de 9 marchas à frente e 2 a ré, ar condicionado na cabine, tanque de combustível com capacidade mínima de 275 litros, sistema elétrico de 24 volts, freios a ar, freio motor de cabeçote e válvula tipo borboleta, direção hidráulica, Equipado com caçamba basculante 12m ³ , assoalho e laterais em aço, tampa traseira simples tipo porteira, suporte p/ estepe, caixa de ferramentas, com tomada de força e bomba, protetor lateral de ciclista homologação do Inmetro e demais itens de segurança exigidos pelo Contran. Assistência Técnica Autorizada no estado de Mato Grosso.	30		
Valor total Estimado do lote				

3.2 – As descrições dos objetos a serem licitados estão de acordo com os que estão sendo comercializados no mercado.

4 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A AQUISIÇÃO:

As políticas públicas estabelecidas preconizam diretamente o combate à desigualdade social, principalmente, a partir do entendimento de que é necessário que sejam direcionados os esforços para fomentar a produção de pequenos e médios produtores rurais do estado, com menor geração de riquezas, focamos no desenvolvimento sustentável, fortalecendo as cadeias produtivas.

As aquisições desses equipamentos, trará grandes benefícios aos municípios do estado de MT, especialmente aqueles que possuem menor grau de desenvolvimento. Espera-se que o empreendimento gere uma atratividade para a ampliação dos investimentos nas cadeias produtivas da região, fomentando o desenvolvimento e a integração regional, refletindo no aumento de empregos e qualidade de vida da população e maior segurança viária para os usuários da via.

Espera-se fomentar a produção, estruturar novas cadeias produtivas, dinamizar a economia local, criar um ambiente indutor, melhorar a eficiência da produção, para o desenvolvimento econômico dos municípios, promover a industrialização e, contribuir para o desenvolvimento regional e urbano sustentável.

Os maquinários serão repassados para municípios, consórcios intermunicipais e associações, mediante formalização de Termo de Cessão, com a finalidade de possibilitar a melhoria da qualidade de vida dos municípios mato-grossenses.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

A especificação dos equipamentos a serem adquiridos se deu em virtude da aplicabilidade aos serviços de manutenção e conservação a serem executados, sendo limpeza, produção de material, carregamento, encascalhamento, patrolamento, revestimento primário, drenagem (bigodes), etc.

4.1 - O objeto desse Termo de Referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

4.2 - Para a adoção do Sistema de Registro de Preços:

4.2.1 - Quantitativo

Considerando que a aquisição desses maquinários terá a finalidade de atender os municípios de Baixo e Médio IDH do Estado de Mato Grosso, na manutenção de estradas e rodovias não pavimentadas, demanda comum e frequente Estado de Mato Grosso, principalmente em período chuvoso e considerando ainda se tratar de 92 municípios estimou-se o quantitativo conforme o item 3 como sendo suficiente para atender a demanda.

Não sendo possível prever o quantitativo exato ser adquirido, além de ser mais conveniente a contratação com previsão de entregas parceladas para desempenho de suas atribuições, verifica-se presentes as hipóteses permissivas da utilização do Registro de Preços, conforme disposto no Artigo 53 do Decreto Estadual nº 840/2017.

Nesse sentido, o Registro de Preços apresenta-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca por melhores preços, mantendo-os registrados para uma futura aquisição, conforme a necessidade e disponibilidade de recursos orçamentários, atendendo assim a necessidade de controle e racionalização do gasto público.

Assim, a adoção dessa prática tem como um de seus objetivos o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a contratação será de larga escala, e por isso a tendência dos preços é diminuir.

Ademais, proporciona também economia processual, na medida em que torna prioritária a racionalização de processos e de redução dos custos operacionais, ou seja, ao realizar um só processo, despende-se o tempo uma única vez, e o serviço estaria disponível sempre que necessário.

A licitação será realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, por Registro de Preços, nos termos do previsto no Decreto Estadual nº 840/2017, 219/2019 e demais leis que tratam do tema.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

A estimativa dos bens a serem adquiridos e sua provável utilização foi baseada em função de Emendas Parlamentares Impositivas e Programas Governamentais, convênios celebrados com o Governo Federal espera-se fomentar a produção, estruturar novas cadeias produtivas, dinamizar a economia local criar um ambiente indutor, melhorar a eficiência da produção e transporte fomentando o desenvolvimento e a integração regional no Estado de Mato Grosso.

5 DA PARTICIPAÇÃO:

5.1 - Condições de Participação – das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

23.13 5.1.1 – Este Pregão possui apenas itens para ampla concorrência. Justifica-se a não reserva de cotas nos termos estabelecidos nos art. 47 e 48 da Lei 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, devido ao atendimento a Lei Ferrari (nº 6.729/79), não obstante isso, a deliberação 64/2008 do CONTRAN em seu anexo, define “veículo novo” como veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes do seu registro e licenciamento”.

5.2-Condições de Participação dos Consórcios:

5.2.1. Não será permitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente fornecer o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio.

Ao contrário, permitir o consorciamento traria potencial risco de restrição à competição, conforme ensina o i. doutrinador Marçal Justen Filho:

“...em regra o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Na tentativa de reduzir a dominação de mercado e assegurar a livre concorrência, o Estado prefere evitar a formação de consórcios. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios reduz o universo da disputa. O consórcio significa que eventuais interessados, ao invés de estabelecerem disputa entre si, formalizam acordo que elimina a competição.”

(Extraído do site http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao-cidadania/iniciais_acp/iniacp_licitacao/licit172.htm)

Ademais, os Acórdãos nº 1.305/2013 – TCU – Plenário, nº 1.636/2007 - TCU – Plenário e nº 566/2006 - TCU - Plenário, são no sentido de que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração.

Nesse sentido, merece destaque o posicionamento de Jessé Torres Pereira Junior, o qual, fazendo menção ao entendimento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria, assim se manifesta:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

“(…)

Averbe-se a orientação do Tribunal de Contas da União:

Ademais, a participação de consórcios em torneios licitatórios não garante aumento de competitividade, consoante arestos do relatório e voto que impulsionaram o Acórdão nº 2.813/2004-1ª Câmara, que reproduz: “O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui a Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque a formação de consórcios tanto pode se prestar para fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto cerceá-la (associação de empresas que, em caso contrário, concorreriam entre si) (...) vemos que é praticamente comum a não aceitação de consórcios (...)” (Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública”. 7ª edição. Ed. Renovar. 2007. Páginas 442 a 443.)

7- DOS PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 - Os bens deste Termo de Referência deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento;

7.2 - O recebimento dos produtos dar-se-á de segunda à sexta-feira, das 13:00 às 19:00, conforme determinação do decreto número 694 de 15/09/2016 do Governo do Estado. Não serão recebidos produtos em horários diferentes ao determinado nem em feriados e recessos;

7.3 – Os bens deverão ser entregues no município de Cuiabá/MT;

7.4 - Os bens deverão transportados, devendo garantir proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na especificação e legislação em vigor;

7.5 - Somente serão aceitos e recebidos os produtos que se encontrarem em perfeitas condições. Caso algum produto sofra danos durante o transporte e/ou não apresente as condições ora estabelecidas serão rejeitados, devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los. Neste caso sujeita-se ainda a CONTRATADA às sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, quando couber;

7.6 - Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal ao Fiscal do Contrato, indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas;

7.7– Os produtos/bens deverão ser apresentados conforme padrão do fabricante, devendo garantir proteção durante o transporte até a entrega à CONTRATANTE, bem como constar identificação do produto/equipamento e demais informações exigidas na legislação em vigor;

7.8– O descarregamento do objeto será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo esta fornecer a mão-de-obra necessária.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1- A Licitante deverá apresentar além da documentação prevista nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 em plena validade ou do Certificado de Registro Cadastral vigente/SEGES/MT e das demais previstas no edital, os relacionados na sequência:

8.2 - Quanto à qualificação técnica, deverão ser apresentados:

8.2.1 - A licitante deverá apresentar um ou mais atestado(s) de capacidade técnica expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado (caso o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado obrigatoriamente deverá ter reconhecimento de Firma em Cartório de Notas) que comprove(m) fornecimento(s) anterior(es) de objeto pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência;

8.2.1.1 O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverão se referir a fornecimentos prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil;

8.2.1.2 Apenas poderão participar da licitação empresas especializadas no ramo da atividade econômica pertinente ao objeto deste certame e que atendam todas as condições e especificações constantes deste Termo de Referência.

8.3- Não será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela licitante, a empresa controladora ou que tenha pessoa física que seja sócia da empresa e/ou da Licitante;

8.3.1- No caso de aquisições veículos novos será obrigatório aos participantes do certame:

- a) Obediência a LEI FERRARI Nº 6.729/1979, CONVÊNIO ICMS Nº 64/2006 DE 07/07/2006;
- b) A nota fiscal seja emitida pelo fornecedor ou concessionária autorizada diretamente ao órgão adquirente conforme a Portaria nº 525/2019/GP/DETRAN-MT;
- c) O primeiro emplacamento seja feito em nome do órgão adquirente conforme portaria mencionada acima; ”

9 -DO JULGAMENTO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1 - O julgamento da licitação é menor preço global por LOTE/GRUPO;

9.2 - Consistirá em 10 (dez) LOTES/GRUPOS independentes;

9.3 - A proposta da licitante deverá conter, no mínimo:

9.3.1 - CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato, endereço eletrônico (e-mail), número da conta corrente, agência e respectivo Banco;

9.3.2 - Marca/modelo/fabricante do produto cotado.

9.3.3 - Preços unitários e totais.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

9.3.4 - O prazo de eficácia da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, corridos a contar da abertura da Sessão Pública.

9.4 - As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

9.5 - Ao Pregoeiro e à Autoridade Competente reservam-se o direito de diligenciar e solicitar das empresas licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento, sendo vedada à inclusão de documentos;

9.6 – A fim de facilitar a manutenção do equipamento ofertado o licitante deverá anexar na habilitação documento indicando **no mínimo 01 distribuidor autorizado pela fabricante no Estado de Mato Grosso**, onde exista oficina mecânica, estoque de peças de reposição, técnicos treinados pela Fabricante.

9.7 – Caso o licitante não seja o fabricante do produto ofertado, o mesmo deverá anexar na habilitação uma carta de Distribuidor Autorizado do fabricante para o Estado de Mato Grosso.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, além de outras constantes no Edital e na minuta do contrato:

10.1 - Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à CONTRATADA, sob pena de ilegalidade dos atos;

10.2 - Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

10.3 - Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no contrato;

10.3.1 - Disponibilizar local adequado para a realização da entrega e da estocagem;

10.4– Designar servidor Fiscal do Contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

10.5- Comunicar a CONTRATADA sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos bens fornecidos para imediata correção, solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

10.6 - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA em suas dependências, desde que respeitadas as normas de segurança;

10.7 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste documento e no Edital;

10.7.1 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

10.8- Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas no Edital e na minuta do contrato:

11.1 - Efetuar a entrega dos Produtos/Bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, prazo de garantia, número do contrato, número da Nota de Empenho e número do convênio (se a aquisição for feita com utilização de recursos de convênios federais), no mínimo.

11.2 - Entregar os bens de acordo com a apresentação da ordem de fornecimento se responsabilizando pelo transporte do objeto licitado, do seu estabelecimento até o local determinado para a entrega, sem ônus para a CONTRATANTE;

11.3 - Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

11.4 - Manter, durante a vigência do contrato, as condições habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

11.5 - Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da solicitação da CONTRATANTE, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

11.5.1 - Substituir, as suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e com as respectivas propostas.

11.6 - Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;

11.7 - Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATADA;

11.8 - Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive do descarregamento dos bens;

11.9 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar;

11.10 - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições do Edital os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

11.11 - A falta de quaisquer dos bens cujo fornecimento incumbe à CONTRATADA não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta Licitação e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

11.12 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante à entrega dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato, conforme especificações constantes no Edital e Termo de Referência deste processo licitatório;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

11.13 - Responder à CONTRATANTE nos casos de qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

11.14 - Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

11.15 - Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, na Lei nº 10.520/2002 e Decreto Estadual 840/2017;

11.16 - São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a) A veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização da CONTRATADA;
- b) A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- c) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATADA, durante o período de fornecimento.

11.17 - Como condição para emissão da nota de empenho, a Licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou, ainda, perante à Fazenda Estadual e Federal, à Dívida Ativa Estadual e Federal, à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho;

11.18 – Se a Licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pela CONTRATADA, decairá do direito de fornecimento dos materiais adjudicados sujeitando-se às penalidades dispostas neste Termo de Referência;

11.19 - Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei 8.666/93;

11.20– Cumprir a vigência do contrato;

11.21– Indenizar terceiros e/ou a CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

11.22 – Fornecer, junto com os bens, manual do usuário/proprietário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

11.23 – Abster-se de quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

11.24 – Entregar os bens de acordo com o ANO/MODELO CORRESPONDENTE A EMISSÃO DA NOTA FISCAL.

12- DO CONTRATO

12.1 – Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação formal pelo CONTRATANTE, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

12.2 – O Prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

12.3 – O Prazo da contratação será de até 12 (doze) meses, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

12.4- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.4.1 - A fiscalização será exercida por servidor designado pela CONTRATANTE, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

12.4.2 – Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a CONTRATANTE, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento.

12.4.3 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei nº 8.666/93.

12.4.4 – Será de responsabilidade do fiscal de contrato, a salva guarda de documentos relacionado à liberação e fornecimento objeto deste termo de referência.

13- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

13.1- Os produtos serão recebidos conforme a seguir:

a) **Provisoriamente:** Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

b) **Definitivamente:** após 5 dias úteis do recebimento provisório, será feito o recebimento definitivo após ser verificada a integridade do(s) produto(s), incluindo qualidade e quantidade, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (DANFE) ou na Nota Fiscal e emissão do relatório de recebimento definitivo, atestando o aceite do equipamento, que será anexo ao processo de pagamento;

13.2 - A CONTRATANTE emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e após constatar que a CONTRATADA tenha cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento;

13.3 - Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante ofertadas na proposta;

13.4 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

13.5 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

estabelecidas verificadas posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90.

14. DAS SANÇÕES

14.1 – A CONTRATADA inadimplente total ou parcialmente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86,87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 combinados com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

14.2 – Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento;

14.2.1 – Multa moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado e 1%(um por cento) por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

14.2.1.1 – Multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

14.2.1.1 – Multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para A CONTRATANTE;

14.2.2 – Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

14.2.2.1 – Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

14.2.2.2 – Não mantiver a proposta;

14.2.2.3 – Falhar gravemente na execução do contrato;

14.2.2.4 – Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

14.2.2.5 – Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

14.2.2.6 – Comportar-se de modo inidôneo;

14.2.2.7 – Cometer fraude fiscal;

14.2.2.8 – Fizer declaração falsa;

14.2.2.9 – Fraudar na execução do contrato;

14.2.2.10 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

14.2.2.11 – A multa eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

14.3 – Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa;

14.4 – Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o Órgão/Entidade proceder à cobrança judicial da multa;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

14.5 – As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à CONTRATANTE.

14.6 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692, de 2002;

14.7 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8 - Qualquer falta cometida pela CONTRATADA somente poderá ser justificada, desde que comunicada por escrito, e não considera como inadimplência contratual se provocada por fato fora de seu controle, de conformidade com o parágrafo único do Art. 393 do Código Civil Brasileiro;

14.9 - Ocorrendo motivo de força maior, a CONTRATADA notificará, de imediato e por escrito, a Unidade da CONTRATANTE que administra o contrato, sobre a situação e suas causas. Salvo se a CONTRATANTE fornecer outras instruções por escrito, a CONTRATADA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do contrato, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior;

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da CONTRATANTE;

15.2 - A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

15.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas à CONTRATADA para as necessárias correções com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

15.4 - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

15.5 - A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring*;

15.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;

15.7 - Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

15.8 - O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do Contrato (nomeada pela autoridade competente);

15.9 - O pagamento será efetuado a CONTRATADA até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo seu recebimento.

15.10 - O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

II) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;

III) Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária.

IV) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

16 – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

16.1 - Mínimo de 12 (doze) meses, contados da emissão da Nota Fiscal, registrado no Certificado de Garantia a ser entregue juntamente com o material fornecido;

16.2 - Caso sejam detectados defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados sejam considerados em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição total ou parcial dos referidos materiais;

16.3 – Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão de obra e manutenção dos bens, no caso de apresentar (em) imperfeição (ões), correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus;

17 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Lei nº 8.666/1993;
- Lei nº 10.520/2002;
- Decreto Estadual nº 840/2017;
- Decreto Estadual nº 219/19;
- Decreto Estadual nº 8.199/2006 e nº 11/2015;
- Decreto Federal nº 7.892/2013;
- Lei Estadual nº 7.692, de 2002;
- Lei 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014;
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

18– PÚBLICO/CLIENTELA ALVO:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Destina-se a atender a demanda do Governo do Estado de Mato Grosso.

19 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme § 2º do Art. 60 do Decreto Estadual Decreto Estadual nº 840/2017, na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento equivalente.

20 – DISPOSIÇÕES FINAIS

É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do Registro de Preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

21 - LOCAL E DATA

Cuiabá - MT, 02 de dezembro de 2021

21 - ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Anderson Martinis Lombardi
Secretário Adjunto de Investimento, Inovações Sustentabilidade
SEDEC MT

*Original assinado.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

22 – APROVAÇÃO

AUTORIZO os procedimentos legais para realização do Certame Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para fins de Registro de Preços, cujos atos procedimentais e contratação devem obediência às condições e termos previstos no presente Termo de Referência, processo administrativo inerente e legislação vigente.

Andréa Andolpho de Moraes
Secretária Adjunta Adm. Sistêmica
SEDEC

César Alberto Miranda Lima dos Santos Costa
Secretário de Estado
Ordenador de Despesas
SEDEC

*Original assinado.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA

Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2021 – SEDEC MT

Tipo: MENOR PREÇO

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE

SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC MT

Licitante: _____ C.N.P.J _____ Inscrição Estadual: _____

Tel Fax: (____) _____ E-mail _____ Tel. (____) _____ Celular: (____) _____

Endereço: _____

Conta Corrente: _____ Agência: _____ Banco: _____

LOTES	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

- Observar as especificações do Apêndice anexo ao Termo de Referências e conforme as exigências do Edital.
- O preço ofertado deverá contemplar todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; tal como, as despesas que o compõem: frete, garantia, transporte, embalagem, seguro e a entrega do bem no local indicado;
- Valor total da Proposta: R\$ *** (valor por extenso).
- Validade da proposta: 90 (noventa) dias.
- Prazo e local de entrega: (conforme Termo de Referência)

Cidade/UF, ____ de ____ de 2021.

CARIMBO/ASSINATURA E
NOME POR EXTENSO DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

ANEXO III - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Timbre/logomarca da Pessoa Jurídica Emitente)

A empresa _____, CNPJ/MF nº _____, Inscrição Estadual Nº. _____ estabelecida na rua e/ou avenida _____ nº. _____, Telefone: _____, atesta para os devidos fins que a Empresa _____, com sede na _____, fornece/forneceu o objeto desta licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. _____;
02. _____;
03. _____.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2021.

**Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica
emitente deste atestado e sua assinatura
RG e CPF/MF**



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 001/2021/SEDEC

PROCESSO: Nº. 445906/2021

PREGÃO: Nº 014/2021/SEDEC-MT.

Pelo presente instrumento, o Estado de Mato Grosso, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, situada no Av. Getúlio Vargas, 1077, Goiabeiras Cuiabá - MT, CEP: 78032-000, CNPJ: 03.507.415/0013-88, neste ato representado pelo _____, inscrito no CPF sob nº. _____ e portador da Cédula de Identidade sob nº _____, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) relacionadas, quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada lote, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas ofertadas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO nº 014/2021/SEDEC-MT, do tipo _____, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 445906/2021, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

<u>EMPRESA</u>	
<u>CNPJ</u>	
<u>ENDEREÇO</u>	
<u>REPRESENTANTE:</u>	<u>Nome:</u> <u>CPF:</u> <u>RG:</u>
<u>CONTATO (TELEFONE)</u>	<u>(XX)</u>

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 840/2017, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, no respectivo LOTE, para futura e eventual, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.

<u>LOTE (XX)</u> <u>EMPRESA:</u>



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

junto ao Órgão Gerenciador – SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

I – a Ata ainda esteja vigente e não tenha esgotado o quantitativo registrado do item solicitado;
II – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços deverá ser de, no máximo, até o quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do art. 75, § 4º do Decreto nº. 840/2017.

III – o pedido de adesão carona seja instruído com os seguintes documentos:

- a) termo de referência ou plano de trabalho aprovado pela autoridade competente;
- b) planilha de bens ou serviços, com a indicação do lote, item, valores e quantidades a serem utilizados;
- c) comprovação de vantajosidade da adesão carona, nos termos da Orientação Técnica nº 463/2012 da Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso, com verificação do preço de mercado, inclusive o praticado para a Administração Pública em condições equivalentes;
- d) comprovante de reserva orçamentária, através de pedido de empenho ou equivalente assinado pelo ordenador de despesas;
- e) declaração da empresa registrada de que aceita o pedido e de que o atendimento à adesão carona não prejudicará o fornecimento de materiais ou prestação do serviço aos órgãos participantes;
- f) parecer jurídico conclusivo favorável à contratação, aprovado pelo Secretário da Pasta ou autoridade equivalente.

4.2. O órgão ou entidade não participante, interessado na adesão carona, deverá encaminhar a solicitação à SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC, por ofício assinado pelo seu representante, com todos os documentos indicados no item anterior.

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com os participantes desta Ata;

4.4. Cumprida as exigências para a adesão carona, a SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC, emitirá a respectiva autorização.

4.5. A autorização de adesão carona terá validade de 90 (noventa) dias, findo o qual será necessária nova autorização, atendidas todas as condições exigidas anteriormente.

4.6. Caso o órgão ou entidade não possua mais interesse na adesão autorizada, deverá enviar à SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC, cópia da autorização e do pedido de cancelamento, com indicação do número autorizado.

4.7. É de exclusiva responsabilidade do órgão ou entidade carona o controle sobre a execução e fiscalização contratual, inclusive quanto ao pagamento e aplicação de sanções, observada a legislação aplicável, a ampla defesa e o contraditório, informando à SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC, as eventuais sanções aplicadas.

4.8. As contratações decorrentes de adesão carona a esta Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo do item registrado.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

5. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O gerenciamento desta Ata caberá à SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, por meio da Coordenadoria de Aquisições e Contratos, no seu aspecto operacional, nas questões legais, competindo-lhes, ainda:

I – Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – Promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;

V – Arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

5.2. Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à ata de registro de preços.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de circulação do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo extrato da Ata.

7. DA EFICÁCIA

7.1. O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

8. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 8 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

8.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em todos os custos.

8.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, de que trata o item

8.4, passarão por análise contábil e jurídica da Superintendência de Aquisições Governamentais, cabendo ao Secretário de Estado de Gestão a decisão sobre o pedido.

8.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.7. Fracassada a negociação com a adjudicatária, a SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

compatível com o de mercado, as demais empresas classificadas, e habilitadas pelo(a) pregoeiro(a), de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso nas negociações.

8.8. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

8.9. As alterações dos preços registrados, oriundos de revisão, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

8.10. Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

9. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.1.1. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los e restar inexistente a negociação com as demais empresas classificadas

9.1.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

9.1.3. Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.4. Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

9.1.5. Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC MT.

9.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado formalmente, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

9.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues, anteriormente ao cancelamento.

9.6. Caso a SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC MT, não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9.7. O cancelamento do registro de preços será comunicado mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

10. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1. As contratações serão formalizadas pelos órgãos e entidades participantes ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93, observadas as disposições constantes na minuta de contrato, anexo do edital.

10.2. Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidade aderentes, cujo elemento de despesas e nota



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

de empenho constarão nos respectivos contratos, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

11. DAS PENALIDADES

11.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

- a) Atraso de até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento), sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada e sobre o valor do contrato se for entrega única;
- b) A partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada e sobre o valor do contrato se for entrega única, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

11.3. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor registrado, e corrigido monetariamente, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

11.4. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

11.5. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – Não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

11.6. O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC MT, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, que deverá ser realizada pelos órgãos e entidades aderentes.

12. DAS VEDAÇÕES

12.1. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de SEPLAG.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

12.2. É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços além do limite de vigência legalmente estabelecido.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspensão ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

13.1.1. A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

13.2. As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 014/2021/SEDEC-MT e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no site da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC MT, Portal de Aquisições, no mesmo link onde é retirado o edital.

13.3. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual nº 840/2017 e suas alterações (decreto Nº 219/2019);

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro de Cuiabá-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá-MT, xx de xxxx de 2021.

César Alberto Miranda Lima dos Santos Costa

Secretário de Estado
Ordenador de Despesas
SEDEC

XXXXX

Representante da Empresa XXX
CONTRATADA



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2021/SEDEC
PROCESSO Nº 445906/2021/SEDEC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021/SEDEC
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX/2021/SEDEC

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC** E A EMPRESA _____, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE _____, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE CONTRATO.

O ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.415/0013-88, com sede na Av. Presidente Getúlio Vargas, n. 1077, Bairro Goiabeiras, CEP 78.032-000, neste ato representada pelo Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Econômico, Sr(a). _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG nº _____, e inscrito(a) no CPF sob nº _____, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada _____, neste ato representada pelo(a) Sr (a). _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº _____, e inscrito(a) no CPF sob nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 445906/2021/SEDEC, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual nº 840/2017 e suas alterações (Decreto Nº 219/2019) e do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXX/20XX/SEDEC**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1** - O objeto do presente instrumento é a _____.
- 1.2** - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico Nº XXX/20XX/SEDEC** e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3** - Discriminação do objeto:

ITEM	QUANT.	UN.	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL

2. CLÁUSULA SEGUNDA– DO PREÇO

- 2.1** - O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).
- 2.2** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses, contados da assinatura deste Termo, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários (XX/XX/XXXX A XX/XX/XXXX).

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1- Os recursos para pagamento dos serviços do referido objeto será (ao) da (s) seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:	Natureza e Elemento Despesa:	Fontes:	Unidade Gestora:

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da CONTRATANTE;

5.2 - A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

5.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas à CONTRATADA para as necessárias correções com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

5.4 - Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

5.5 - A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring*;

5.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;

5.7 - Para as operações de vendas destinadas a Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe;

5.8 - O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do Contrato (nomeada pela autoridade competente);



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

5.9 -O pagamento será efetuado a CONTRATADA até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo seu recebimento.

5.10 - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento.

5.11 - O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor;

II) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura Municipal da sede ou domicílio do credor;

III) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor;

IV) Certidão Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária.

V) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

VI) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6. CLÁUSULA SEXTA – DA INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

6.1 - É vedado qualquer reajuste de preços durante a vigência deste contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1 - A fiscalização será exercida por servidor designado pela CONTRATANTE, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93.

7.2 – Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a CONTRATANTE, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento.

7.3 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme preceitua art. 70 da Lei nº 8.666/93.

7.4 – Será de responsabilidade do fiscal de contrato, a salva guarda de documentos relacionado à liberação e fornecimento objeto deste termo de referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

8.1 - Fica dispensada a prestação da garantia para execução do contrato, conforme faculta o art. 56 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Efetuar a entrega dos Produtos/Bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, prazo de garantia, número do contrato, número da Nota de Empenho e número do convênio, no mínimo.

9.2 - Entregar os bens de acordo com a apresentação da ordem de fornecimento se responsabilizando pelo transporte do objeto licitado, do seu estabelecimento até o local determinado para a entrega, sem ônus para a CONTRATANTE;

9.3 - Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

9.4 - Manter, durante a vigência do contrato, as condições habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

9.5 - Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da solicitação da CONTRATANTE, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

9.5.1 - Substituir, as suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações do Termo de Referência e com as respectivas propostas.

9.6 - Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;

9.7 - Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATADA;

9.8 - Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive do descarregamento dos bens;

9.9 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar;

9.10 - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições do Edital os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

9.11 - A falta de quaisquer dos bens cujo fornecimento incumbe à CONTRATADA não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto deste Contrato e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

9.12 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante à entrega dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, conforme especificações constantes no Edital e Termo de Referência do processo licitatório;

9.13 - Responder à CONTRATANTE nos casos de qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

9.14 - Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

9.15 - Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, na Lei nº 10.520/2002 e Decreto Estadual 840/2017;

9.16 - São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- d) A veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização da CONTRATADA;
- e) A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- f) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATADA, durante o período de fornecimento.

9.17 - Como condição para emissão da nota de empenho, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou, ainda, perante à Fazenda Estadual, Municipal e Federal, à Dívida Ativa Estadual e Federal, à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho;

9.18 – Se a Contratada não cumprir o prazo estabelecido ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pela CONTRATADA, decairá do direito de fornecimento dos materiais contratados sujeitando-se às penalidades dispostas neste Contrato;

9.19 - Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei 8.666/93;

9.20– Cumprir a vigência deste contrato;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

9.21– Indenizar terceiros e/ou a CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas preventivas com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.22 – Fornecer, junto com os bens, manual do usuário/proprietário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.23 – Abster-se de quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

9.24 - Entregar os bens de acordo com o ANO/MODELO CORRESPONDENTE A EMISSÃO DA NOTA FISCAL

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à CONTRATADA, sob pena de ilegalidade dos atos;

10.2 - Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

10.3 - Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no contrato;

10.3.1 - Disponibilizar local adequado para a realização da entrega e da estocagem;

10.4– Designar servidor Fiscal do Contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

10.5- Comunicar a CONTRATADA sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos bens fornecidos para imediata correção, solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

10.6 - Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA em suas dependências, desde que respeitadas as normas de segurança;

10.7 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste documento e no Edital;

10.7.1 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

10.8- Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS.

11.1 - Os bens/objeto desta licitação deverão ser **entregues em 90 (noventa dias)** dias contados a partir da emissão da ordem de fornecimento;

11.2 - Os produtos serão entregues em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, em local a ser indicado na ordem de fornecimento decidido pelo Gestor da SEDEC.

11.2.1 - Os produtos serão entregues de segunda a sextas-feiras, tendo, por regra, o horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas. Todavia, deve-se observar o horário estipulado na Ordem de Fornecimento;

11.3 – Os bens deverão ser entregues conforme especificado no Termo de Referência e neste Contrato;

11.4 - Os bens deverão ser transportados, devendo garantir proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na especificação e legislação em vigor;

11.5 - Somente serão aceitos e recebidos os produtos que se encontrarem em perfeitas condições. Caso algum produto sofra danos durante o transporte e/ou não apresente as condições ora estabelecidas serão rejeitados, devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los. Neste caso sujeita-se ainda a CONTRATADA às sanções previstas no Termo de Referência, neste Contrato e na legislação pertinente, quando couber;

11.6 - Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal ao Fiscal do Contrato, indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas;

11.7– Os produtos/bens deverão ser apresentados conforme padrão do fabricante, devendo garantir proteção durante o transporte até a entrega à CONTRATANTE, bem como constar identificação do produto/equipamento e demais informações exigidas na legislação em vigor;

11.8– O descarregamento do objeto será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo esta fornecer a mão-de-obra necessária.

11.9 – A CONTRATADA deve comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, para que o Fiscal do contrato possa acompanhá-la;

11.10- Os produtos serão recebidos conforme a seguir:



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

- a) **Provisoriamente:** Os bens serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- b) **Definitivamente:** após 5 dias úteis do recebimento provisório, será feito o recebimento definitivo após ser verificada a integridade do(s) produto(s), incluindo qualidade e quantidade, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (DANFE) ou na Nota Fiscal e emissão do relatório de recebimento definitivo, atestando o aceite do equipamento, que será anexo ao processo de pagamento;

11.11 - A CONTRATANTE emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e após constatar que a CONTRATADA tenha cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento;

11.12 - Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante ofertadas na proposta;

11.13 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.14 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas verificadas posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1 – A CONTRATADO inadimplente total ou parcialmente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 combinados com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

12.1.1 – Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o fornecimento;

12.1.2 – Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado e 1% (um por cento) por dia após o 30º dia de atraso, acumulada com as multas cominatórias abaixo:

12.1.2.1 – Multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

12.1.2.2 – Multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para a CONTRATANTE;



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

12.1.3 – Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando:

12.1.3.1 – Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

12.1.3.2 – Não mantiver a proposta;

12.1.3.3 – Falhar gravemente na execução do contrato;

12.1.3.4 – Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

12.1.3.5 – Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

12.1.3.6 – Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.3.7 – Cometer fraude fiscal;

12.1.3.8 – Fizer declaração falsa;

12.1.3.9 – Fraudar na execução do contrato;

12.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

12.2. – A multa eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

12.3 – Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa;

12.4 – Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o Órgão/Entidade proceder à cobrança judicial da multa;

12.5 – As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à CONTRATANTE.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

12.6 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692, de 2002;

12.7 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8 - Qualquer falta cometida pela CONTRATADA somente poderá ser justificada, desde que comunicada por escrito, e não considera como inadimplência contratual se provocada por fato fora de seu controle, de conformidade com o parágrafo único do Art. 393 do Código Civil Brasileiro;

12.9 - Ocorrendo motivo de força maior, a CONTRATADA notificará, de imediato e por escrito, a Unidade da CONTRATANTE que administra o contrato, sobre a situação e suas causas. Salvo se a CONTRATANTE fornecer outras instruções por escrito, a CONTRATADA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do contrato, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior;

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1 - Mínimo de 12 (doze) meses, contados da emissão da Nota Fiscal, registrado no Certificado de Garantia a ser entregue juntamente com o material fornecido;

13.2 - Caso sejam detectados defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados sejam considerados em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição total ou parcial dos referidos objetos;

13.3 – Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão de obra e manutenção dos bens, no caso de apresentar (em) imperfeição (ões), correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus;

13.4 - A CONTRATADA deve possuir Assistência Técnica autorizada em Cuiabá/MT e/ou Várzea Grande/MT, no mínimo.

14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na cláusula décima primeira.

14.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

14.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - As supressões resultantes de acordo celebradas entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO EM DIÁRIO OFICIAL

16.1- Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei 10.520/2002 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CLAUSULA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

18.2. Consta em anexo do Contrato o Termo Anticorrupção (**Anexo I**), expresso pela Contratada, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a lei, a moral e os bons costumes.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

19.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2 - O Contratante poderá revogar este Contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.3 - A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

19.4 - A nulidade não exonera o CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

19.5 - Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2021/SEDEC, com seus anexos, e a Proposta da Contratada.

20- CLÁUSULA VIGÉSIMA- DO FORO

20.1 - O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Cuiabá/MT.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Cuiabá-MT, ____ de _____ de 202__.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC
Contratante

(Empresa)
Contratada

Testemunha 1

Testemunha 2



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

ANEXO V - MINUTA DO TERMO ANTICORRUPÇÃO

_____, por seu representante legalmente constituído,
DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente Contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que o Contratante ou seu cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente Contrato, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Cuiabá-MT, ____ de _____ de 202____.

(Empresa)
Contratada



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este volume do Pregão Eletrônico nº 014/2021/SEDEC possui 66 (setenta) páginas numeradas ordenadas.

Cuiabá-MT, 02 de dezembro de 2021.

Thania Zanette

Coordenadora de Aquisições e Contratos

Andréa Andolpho de Moraes

Secretária Adjunta Adm. Sistêmica

César Alberto Miranda Lima dos Santos Costa

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

Ordenador de Despesas

*Original assinado.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

ERRATA EDITAL Nº. 014/2021/SEDEC
ARP 001/2021

Tornamos ao público que o Anexo IV do Edital nº. 014/2021/SEDEC, que consta a Minuta da Ata de Registro de Preços, **item 4**, que dispõe a respeito das Adesões dos Órgãos Não Participantes – Adesão Carona, **sofreu alteração** no sentido de permitir as adesões dos Órgãos não participantes, conforme consta descrito no Edital devidamente retificado.

Onde se lê:

4. DAS ADESÕES DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES – ADESÃO CARONA

4.1. Esta Ata de Registro de Preços tem fulcro exclusivo em atender a SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC. Durante sua vigência, NÃO poderá ser utilizada por outro órgão/entidade da administração pública.

Leia-se:

4. DAS ADESÕES DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES – ADESÃO CARONA

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão/entidade da administração pública, não participante do registro, que manifeste o interesse junto ao Órgão Gerenciador – SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC, desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

- I – a Ata ainda esteja vigente e não tenha esgotado o quantitativo registrado do item solicitado;
- II – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços deverá ser de, no máximo, até o quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do art. 75, § 4º do Decreto nº. 840/2017.
- III – o pedido de adesão carona seja instruído com os seguintes documentos:
 - a) termo de referência ou plano de trabalho aprovado pela autoridade competente;
 - b) planilha de bens ou serviços, com a indicação do lote, item, valores e quantidades a serem utilizados;
 - c) comprovação de vantajosidade da adesão carona, nos termos da Orientação Técnica nº 463/2012 da Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso, com verificação do preço de mercado, inclusive o praticado para a Administração Pública em condições equivalentes;
 - d) comprovante de reserva orçamentária, através de pedido de empenho ou equivalente assinado pelo ordenador de despesas;
 - e) declaração da empresa registrada de que aceita o pedido e de que o atendimento à adesão carona não prejudicará o fornecimento de materiais ou prestação do serviço aos órgãos participantes;
 - f) parecer jurídico conclusivo favorável à contratação, aprovado pelo Secretário da Pasta ou autoridade equivalente.



Governo do Estado de Mato Grosso

SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

- 4.2. O órgão ou entidade não participante, interessado na adesão carona, deverá encaminhar a solicitação à SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC, por ofício assinado pelo seu representante, com todos os documentos indicados no item anterior.
- 4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com os participantes desta Ata;
- 4.4. Cumprida as exigências para a adesão carona, a SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC, emitirá a respectiva autorização.
- 4.5. A autorização de adesão carona terá validade de 90 (noventa) dias, findo o qual será necessária nova autorização, atendidas todas as condições exigidas anteriormente.
- 4.6. Caso o órgão ou entidade não possua mais interesse na adesão autorizada, deverá enviar à SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC, cópia da autorização e do pedido de cancelamento, com indicação do número autorizado.
- 4.7. É de exclusiva responsabilidade do órgão ou entidade carona o controle sobre a execução e fiscalização contratual, inclusive quanto ao pagamento e aplicação de sanções, observada a legislação aplicável, a ampla defesa e o contraditório, informando à SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SEDEC, as eventuais sanções aplicadas.
- 4.8. As contratações decorrentes de adesão carona a esta Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do quantitativo do item registrado.

Cuiabá – MT, 06 de dezembro de 2021

Thania Zanette

Coordenadoria de Aquisições

César Alberto Miranda Lima dos Santos Costa

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

Ordenador de Despesas

SEDEC

***Original Assinado**

Pregão Eletrônico



SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 00001/2021 (SRP)

Às 16:39 horas do dia 17 de dezembro de 2021, após analisado o resultado do Pregão nº 00001/2021, referente ao Processo nº 445906, o pregoeiro, Sr(a) ANGELA MARIA DA SILVA BASTOS ZUBA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

****OBS:** Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1

Descrição: Motoniveladora

Descrição Complementar: Motoniveladora Largura Lâmina: 3.600 MM, Espessura Lâmina: 22 MM, Potência Operacional Máxima: 140 HP, Capacidade Tanque Combustível: 280

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 15

Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Estimado: R\$ 714.614,2900

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 1000,00

Situação: Adjudicado

Adjudicado para: COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA , pelo melhor lance de R\$ 733.000,0000 , com valor negociado a R\$ 714.614,2900 e a quantidade de 15 Unidade .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	17/12/2021 16:36:39	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ/CPF: 13.160.566/0001-22, Melhor lance: R\$ 733.000,0000, Valor Negociado: R\$ 714.614,2900, Motivo: VALOR NEGOCIADO NA SESSÃO É DE R\$714.614,29

Item: 2

Descrição: Carregadeira

Descrição Complementar: Carregadeira Tipo Rodagem: Com Pneus , Capacidade: 1,90 M3, Potência Operacional Máxima: 120 H

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 9

Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Estimado: R\$ 459.596,8500

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 1000,00

Situação: Adjudicado

Adjudicado para: EDUARDO DE ALMEIDA EIRELI , pelo melhor lance de R\$ 379.000,0000 e a quantidade de 9 Unidade .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	17/12/2021 16:38:42	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: EDUARDO DE ALMEIDA EIRELI, CNPJ/CPF: 13.552.152/0001-49, Melhor lance: R\$ 379.000,0000

Item: 3

Descrição: Escavadeira Hidráulica

Descrição Complementar: Escavadeira Hidráulica Tipo Rodagem: Esteira , Comprimento Do Braço: 6,20 M, Largura Sapatas Esteiras: 700 MM, Potência: 150 HP, Capacidade Carga: 0,55 M3, Tipo Motor: Diesel

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 10**Valor Estimado:** R\$ 668.957,0800**Situação:** Adjudicado**Unidade de fornecimento:** Unidade**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 1000,00

Adjudicado para: COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA , pelo melhor lance de R\$ 685.000,0000 , com valor negociado a R\$ 668.957,0800 e a quantidade de 10 Unidade .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	17/12/2021 16:39:01	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ/CPF: 13.160.566/0001-22, Melhor lance: R\$ 685.000,0000, Valor Negociado: R\$ 668.957,0800

Item: 4**Descrição:** Caminhão Carga

Descrição Complementar: Caminhão Carga Características Adicionais: Ar Condicionado, Direção:Hidráulica, Tanque Combust , Capacidade Carga: Mínima 23.000 Kg KG, Quantidade Marchas Transmissão Frente: 6 UN, Quantidade Marchas Transmissão Ré: 1 UN, Tipo Carroceria: Caçamba Basculante De 12m² , Combustível: Óleo Diesel , Tipo Motor: Diesel Turbo Aftercooler , Potência Motor: 275 C

Tratamento Diferenciado: -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 30**Valor Estimado:** R\$ 589.756,6700**Situação:** Adjudicado**Unidade de fornecimento:** Unidade**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 1000,00

Adjudicado para: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA , pelo melhor lance de R\$ 589.000,0000 e a quantidade de 30 Unidade .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	17/12/2021 16:39:04	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA, CNPJ/CPF: 07.811.058/0001-64, Melhor lance: R\$ 589.000,0000

Item: 5**Descrição:** Caminhão Carga

Descrição Complementar: Caminhão Carga Características Adicionais: Ar Condicionado, Direção:Hidráulica, Tanque Combu- , Capacidade Carga: 11.000 KG, Tipo Carroceria: Tanque Pipa , Combustível: Óleo Diesel , Tipo Motor: Diesel , Potência Motor: 250 C

Tratamento Diferenciado: -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 8**Valor Estimado:** R\$ 498.507,5000**Situação:** Cancelado no julgamento**Unidade de fornecimento:** Unidade**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 1000,00**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Cancelado no julgamento	17/12/2021 15:18:45	Item cancelado no julgamento. Motivo: POR NÃO APRESENTAR NOVA PROPOSTA DURANTE SESSÃO E O SEU VALOR PROPOSTO FICOU ACIMA DO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

Atenção: Clique em "**Imprimir o Relatório**" para visualizar a versão deste Termo para impressão.

 [Imprimir o Relatório](#)[Voltar](#)



SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Nº 00001/2021 (SRP)

Às 18:43 horas do dia 21 de dezembro de 2021, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS CO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 445906, Pregão nº 00001/2021.

Resultado da Homologação**Item: 1****Descrição:** Motoniveladora**Descrição Complementar:** Motoniveladora Largura Lâmina: 3.600 MM, Espessura Lâmina: 22 MM, Potência Operacional Máxima: 140 HP, Capacidade Tanque Combustível: 280**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 15**Unidade de fornecimento:** Unidade**Valor Estimado:** R\$ 714.614,2900**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 1000,00**Situação:** Homologado

Adjudicado para: COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA , **pelo melhor lance de R\$ 733.000,0000 , com valor negociado a R\$ 714.614,2900 e a quantidade de 15 Unidade .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	17/12/2021 16:36:39	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ/CPF: 13.160.566/0001-22, Melhor lance: R\$ 733.000,0000, Valor Negociado: R\$ 714.614,2900, Motivo: VALOR NEGOCIADO NA SESSÃO É DE R\$714.614,29
Homologado	21/12/2021 18:43:55	CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS CO	

Item: 2**Descrição:** Carregadeira**Descrição Complementar:** Carregadeira Tipo Rodagem: Com Pneus , Capacidade: 1,90 M3, Potência Operacional Máxima: 120 H**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 9**Unidade de fornecimento:** Unidade**Valor Estimado:** R\$ 459.596,8500**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 1000,00**Situação:** Homologado

Adjudicado para: EDUARDO DE ALMEIDA EIRELI , **pelo melhor lance de R\$ 379.000,0000 e a quantidade de 9 Unidade .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	17/12/2021 16:38:42	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: EDUARDO DE ALMEIDA EIRELI, CNPJ/CPF: 13.552.152/0001-49, Melhor lance: R\$ 379.000,0000
Homologado	21/12/2021 18:44:05	CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS CO	

Item: 3**Descrição:** Escavadeira Hidráulica**Descrição Complementar:** Escavadeira Hidráulica Tipo Rodagem: Esteira , Comprimento Do Braço: 6,20 M, Largura Sapatas Esteiras: 700 MM, Potência: 150 HP, Capacidade Carga: 0,55 M3, Tipo Motor: Diesel**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 10**Valor Estimado:** R\$ 668.957,0800**Situação:** Homologado**Unidade de fornecimento:** Unidade**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 1000,00**Adjudicado para:** COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA , pelo melhor lance de R\$ 685.000,0000 , com valor negociado a R\$ 668.957,0800 e a quantidade de 10 Unidade .**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	17/12/2021 16:39:01	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: COPEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ/CPF: 13.160.566/0001-22, Melhor lance: R\$ 685.000,0000, Valor Negociado: R\$ 668.957,0800
Homologado	21/12/2021 18:44:08	CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS CO	

Item: 4**Descrição:** Caminhão Carga**Descrição Complementar:** Caminhão Carga Características Adicionais: Ar Condicionado, Direção:Hidráulica, Tanque Combust , Capacidade Carga: Mínima 23.000 Kg KG, Quantidade Marchas Transmissão Frente: 6 UN, Quantidade Marchas Transmissão Ré: 1 UN, Tipo Carroceria: Caçamba Basculante De 12m² , Combustível: Óleo Diesel , Tipo Motor: Diesel Turbo Aftercooler , Potência Motor: 275 C**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 30**Valor Estimado:** R\$ 589.756,6700**Situação:** Homologado**Unidade de fornecimento:** Unidade**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 1000,00**Adjudicado para:** M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA , pelo melhor lance de R\$ 589.000,0000 e a quantidade de 30 Unidade .**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	17/12/2021 16:39:04	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA, CNPJ/CPF: 07.811.058/0001-64, Melhor lance: R\$ 589.000,0000
Homologado	21/12/2021 18:44:17	CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS CO	

Item: 5**Descrição:** Caminhão Carga**Descrição Complementar:** Caminhão Carga Características Adicionais: Ar Condicionado, Direção:Hidráulica, Tanque Combu- , Capacidade Carga: 11.000 KG, Tipo Carroceria: Tanque Pipa , Combustível: Óleo Diesel , Tipo Motor: Diesel , Potência Motor: 250 C**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 8**Valor Estimado:** R\$ 498.507,5000**Situação:** Cancelado no julgamento**Unidade de fornecimento:** Unidade**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 1000,00**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	17/12/2021 15:18:45	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: POR NÃO APRESENTAR NOVA PROPOSTA DURANTE SESSÃO E O SEU VALOR PROPOSTO FICOU ACIMA DO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO
Homologado	21/12/2021 18:44:28	CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA	

DOS SANTOS CO

Fim do documento

Licitação - Concorrência Pública nº 010/2021/SEDUC/MT, cujo objeto é a "Construção da ESCOLA NOVA CPA IV, localizada no município de CUIABÁ - MT", que após análise e julgamento das Propostas de Preços, foi CLASSIFICADA a empresa:

JRM CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ nº 11.922.125/0001-95, com proposta no valor de R\$ 6.578.127,07 (seis milhões, quinhentos e setenta e oito mil, cento e vinte e sete reais e sete centavos)

E foram DESCLASSIFICADAS as seguintes empresas:

CONSTRUTORA E LOCADORA DUARTE, inscrita no CNPJ: 08.464.930/0001-08.

CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA, inscrita no CNPJ: 10.789.288/0001-89.

AROEIRA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ: 02.250.369/0001-88.

A Comissão de Licitação, concede aos licitantes, prazo de **5 (cinco) dias úteis** para interpor recurso, conforme previsto na legislação vigente, tendo início a contar do dia útil que seguir a data da divulgação do aviso/resultado. Assim, fica estabelecido "caso seja apresentado recurso" igual prazo para as contrarrazões. Os motivos da Classificação/Desclassificação das Licitantes estão elencadas na ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS (anexo nos autos), realizada internamente, que se encontra disponível aos interessados na Superintendência de Aquisições e Contratos - SUAC/SEDUC/MT, no horário de expediente, e ficará disponível no menu "Licitação" da página da Secretaria de Estado de Educação na internet: www.seduc.mt.gov.br e no Portal de Aquisições do Estado - SIAG <https://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp>, local onde se encontra o Edital da mencionada Concorrência Pública. Contato: (65) 3613-6365.

Cuiabá-MT, 14 de janeiro de 2022.

Jean Carlos Rosa

Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SEDUC/MT

Lucielly Karla Monteiro da Silva Costa Freitas

Superintendente de Aquisições e Contratos

Original assinado

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 091/2021/SEDUC

Origem: ADESÃO CARONA ARP Nº 061/2021/SEGEF - PREGÃO ELETRÔNICO 025/2020/SARP/MA

Processo Administrativo nº 529049/2021/SEDUC

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO

Contratada: CIDEPE - CENTRO INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS DE ENSINO E PESQUISA LTDA (CNPJ Nº 02.134.569/0001-75)

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de insumos para laboratórios interativos de Física, para atender a demanda da Secretária de Estado de Educação.

Valor: R\$ 565.500,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais).

Prazo de Vigência: O presente Contrato terá vigência de 12 (meses) contados da sua assinatura, sendo condicionada sua eficácia à publicação no Diário Oficial do Estado.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho/1993, Decreto Estadual MT nº 840/2017 consolidado, nos preceitos de Direito Público e, supletivamente, nos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado e suas alterações legais posteriores.

Gestor do Contrato: Jorge Rodrigues - CPF: 488.695.201-10- Mat: 44708

Fiscal de Contrato: Verônica Ramos de Assis - CPF: 793.395.491-04

Suplente de Fiscal: Francisca Nailê Bernardo de Araújo - CPF: 630.542.213-34- Mat: 243702

Cuiabá, 11 de Janeiro de 2022.


ALAN RESENDE PORTO
Secretário de Estado de Educação

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2021 - PRORROGAÇÃO

Origem: UTILIZAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 002/2020/SEPLAG

Processo Administrativo nº 7869/2021/SEDUC

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Contratada: SUPER ESTÁGIOS LTDA EPP (CNPJ: 11.320.576/0001-52).

Objeto: O 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2021 consiste em: Prorrogar

a vigência do referido contrato, com previsão na CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA.

Valor Global: R\$ 1.223.220,00 (Um milhão, duzentos e vinte e três mil e duzentos e vinte reais)

Prazo de Vigência: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, com início em 19/01/2022 e término em 18/01/2023, prorrogável na forma do art. 57 da lei nº 8.666/93.

Fundamento Legal: Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e, no que couber, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Estadual nº. 840/2017, Lei Federal nº. 8.078/1990.

Gestor de Contrato: Marly Souza Faria - CPF: 651.109.351-49.;

Fiscal de Contrato: Lucimar Nascimento Magalhães CPF: 910.222.231-00 - Mat: 13379356;

Suplente de Fiscal: Robson Adriano de oliveira - CPF: 020.796.601-01 - Mat: 239922.

Cuiabá/MT, 04 de janeiro de 2022.


ALAN RESENDE PORTO
Secretário de Estado de Educação

AVISO DE RESULTADO - PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 011/2021/SEDUC - PROCESSO Nº 202794/2021 PROCESSO DIGITAL - SEDUC-PRO-2021/03269 (SIGADOC)

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC-MT, mediante a Comissão de Licitação instituída pela Portaria nº. 068/2021/GS/SEDUC/MT, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - DOE/MT, em 01/02/2021, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da PROPOSTA DE PREÇOS das empresas participantes da Licitação - Concorrência Pública nº 011/2021/SEDUC/MT, cujo objeto é a "Reforma e ampliação da Escola Estadual Professora Alice Fontes Pinheiro, localizada no município de Cuiabá/MT", que após análise e julgamento das Propostas de Preços, foi CLASSIFICADA a empresa: **JRM CONSTRUÇÕES EIRELI**, CNPJ nº 11.922.125/0001-95, com proposta no valor de R\$ 3.416.437,03 (três milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e três centavos). E foram DESCLASSIFICADAS as empresas: **CONSTRUTORA E LOCADORA DUARTE**, inscrita no CNPJ: 08.464.930/0001-08; e, **CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA**, inscrita no CNPJ: 10.789.288/0001-89; pelo não cumprimento das exigências do instrumento convocatório.

A Comissão de Licitação, concede aos licitantes, prazo de **5 (cinco) dias úteis** para interpor recurso, conforme previsto na legislação vigente, tendo início a contar do dia útil que seguir a data da divulgação do aviso/resultado. Assim, fica estabelecido "caso seja apresentado recurso" igual prazo para as contrarrazões. Os motivos da Classificação/Desclassificação das Licitantes estão elencadas na ATA DE CONTINUIDADE, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS (anexo nos autos), realizada internamente, que se encontra disponível aos interessados na Superintendência de Aquisições e Contratos - SUAC/SEDUC/MT, no horário de expediente, e ficará disponível no menu "Licitação" da página da Secretaria de Estado de Educação na internet: www.seduc.mt.gov.br e no Portal de Aquisições do Estado - SIAG <https://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp>, local onde se encontra o Edital da mencionada Concorrência Pública. Contato: (65) 3613-6365. Cuiabá-MT, 14 de janeiro de 2022.

José Luiz da Silva Rodrigues Malta

Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SEDUC/MT

Lucielly Karla Monteiro da Silva Costa Freitas

Superintendente de Aquisições e Contratos

Documento Nº: 444979-2794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=444979-2794>

SEDEC

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº.014/2021/SEDEC - ATA SRP Nº 002/2021 Processo Administrativo nº446905/2021/SEDEC

A Secretaria Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso - SEDEC, por intermédio do Pregoeiro, o Sr. **MAURICIO**

RODRIGUEZ MANEIRO, designado pela Portaria nº038/2021/GSAAS/SEDEC, de 05 de Outubro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº28.099, em 06 de Outubro de 2021, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para conhecimentos dos interessados, o resultado da Licitação na Modalidade **Pregão Eletrônico Nº014/2021/SEDEC, composta de LOTE ÚNICO**, sendo **ADJUDICADO**, conforme condições e especificações detalhadas, constantes no Edital 014/2021/SEDEC e seus anexos. Ficando o resultado, conforme a seguir:

LOTE (Único)		ADJUDICADO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	MARCA MODELO	VALOR UNIT.
01	CAMINHÃO PIPA - Cassi de caminhão novo de fabricação nacional, ano 2021, modelo 2021, cabine frontal com basculamento, revestido em chapa de aço, tração 6x2, motor a diesel, potência mínima de 250cv, 6 cilindros em linha, peso bruto total de 23.000kg, capacidade máxima de tração de no mínimo 35.000kg, com mínimo de 6 marchas a frente e 1 a ré, ar condicionado na cabine, tanque de combustível de no mínimo de 270 litros, sistema elétrico de 24 volt, freios a ar, freio motor de cabeçote e válvula tipo borboleta, direção hidráulica, equipado com tanque pipa de 11.000ltrs, com sistema de caixa bomba, estrutura, corpo, tampões e quebra ondas, tampa de carga e inspeção, longarinas, para-choques conforme resolução do Contran 152/2003 (articulado), guarda corpo, passadiço antiderrapante, sinalização, descarga, sistema de fixação, protetor de ciclista, pintura externa eletrostática na cor solicitada, pintura interna, conjunto motor e bomba multiplicadora com vazão 75 m³/h e pressão de 70mca acionado pela tomada de força multiplicadora inclusa no conjunto, instalada na caixa de câmbio do veículo, com transmissão através do eixo homo cinético, sucção, com mangueira de sucção com 5m e válvula de pé, expedição, saída para recalque com diâmetro de 2 polegadas, fixadas nas laterais do tanque com engate stortz, barra de irrigação com comando direto da cabine por sistema pneumático, carretel com mangote de borracha diâmetro de 1 pol. por 8mts de comprimento, bicos de patos instalados na traseira do tanque, articulados, acionados pela pressão da bomba e comando direto da cabine por sistema pneumático, canhão para combate a incêndio instalado na parte superior do tanque com movimentos através do cabo volante com trava de posicionamento tendo como alcance 45 mts, com movimentação de 360° na horizontal e de 15° a 80° na vertical	UN	8	VOLKSWAGEN 2 4 . 2 6 0 ROBUST EQUIPADO COM TANQUE PIPA 11.000 LITROS	R \$ 615.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 4.920.000,00		(QUATRO MILHÕES, NOVECENTOS E VINTE MIL REAIS)			

Cuiabá - MT, 14 de janeiro de 2022.

MAURICIO RODRIGUEZ MANEIRO

Pregoeiro Oficial da SEDEC-MT

*Original assinado.





O PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR DO ESTADO

NOSSAS VANTAGENS

- ▼ Melhor custo-benefício do mercado;
- ▼ Rede credenciada com profissionais em diversas áreas; Acesse o Guia Médico completo em nosso site
- ▼ + de 435 credenciados à rede de atendimento;
- ▼ Retorne ao Plano com isenção de carências para consultas e exames simples.*

GOVERNO DE
MATO GROSSO

WWW.MATOGROSSOSAÚDE.MT.GOV.BR
f /MATOGROSSOSAÚDE

Av. das Flores, nº 941 - Jd. Cuiabá
CEP: 78043-172 - Cuiabá | MT (65) 3613-7700

*De acordo com o Decreto Nº 5.729/2005, Art. 11 e parágrafo único.

MT -**Fiscal:** Dayane Flora Santos Soares- **Matrícula:** 257266; **Suplente:** Marilu Monteiro G. Neto - **Matrícula:** 115947.
 PROCON -**Fiscal:** Valquíria Duarte de Souza- **Matrícula:** 253867; **Suplente:** Bruna Capobianco de Carvalho- **Matrícula:** 295738. CEAS -**Fiscal:** Luciana Cerqueira Moraes- **Matrícula:** 81772; **Suplente:** Alda de Souza Lélis - **Matrícula:** 66745. CONEDE -**Fiscal:** Victoria Jorge da Cunha Machado- **Matrícula:** 281257; **Suplente:** Marilu Monteiro Guimarães Neto - **Matrícula:** 115947. COORD. CAD. DE PROG.SOC.E BOLSA FAMILIA -**Fiscal:** Claudete Pio Teles- **Matrícula:** 253981; **Suplente:** Rubia Cristina L.Silva - **Matrícula:** 214103. COORD. GESTÃO DE BENEF. DOS PROG. SUAS -**Fiscal:** Marielza Miranda Gonçalves- **Matrícula:** 254452; **Suplente:** Simone Luzia da S. Felix - **Matrícula:** 115947. COORD. PROM. DOS DIREITOS HUMANOS -**Fiscal:** Cristian Anderson Caso Fernandes- **Matrícula:** 293767; **Suplente:** Rodrigues Schneider de Amorim Souza - **Matrícula:** 258403. CENTRO DE REF. EM DIREITOS HUMANOS -**Fiscal:** Katiellen Martins Gonçalves- **Matrícula:** 305431; **Suplente:** Eduardo Anicésio de Matos - **Matrícula:** 133180. CEDDPH -**Fiscal:** Jane Barbosa Galvão de Carvalho- **Matrícula:** 254450; **Suplente:** Gabriel Augusto Metello Otto - **Matrícula:** 294244.CEDM -**Fiscal:** Borenilce Maria de Figueiredo- **Matrícula:** 80678; **Suplente:** Marilu Monteiro Guimarães Neto - **Matrícula:** 115947. CONJUV -**Fiscal:** Gabriel Augusto Metello Otto- **Matrícula:** 294244; **Suplente:** Marilu Monteiro Guimarães Neto - **Matrícula:** 115947. GAB SETASC-**Fiscal:** Wanessa de Magalhães Almeida- **Matrícula:** 295741; **Suplente:** Lodete Syrley Disarsz Alvez - **Matrícula:** 249608. CEP/MT -**Fiscal:** Gabriel Augusto Metello Otto- **Matrícula:** 294244; **Suplente:** Marilu Monteiro Guimarães Neto - **Matrícula:** 115947. SAASCOM-**Fiscal:** Mariana Brandão de Almeida Rabelo - **Matrícula:** 302763; **Suplente:** Jânia Cristina Moraes Rodrigues - **Matrícula:** 293782. CPPDDH -**Fiscal:** Rodrigues de Amorim Souza **Matrícula:** 258403.

DO PREÇO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços, o valor total de R\$ 271.752,21 (Duzentos e Setenta e Um Mil Setecentos e Cinquenta e Dois Reais e Vinte Um Centavos).

ASSINAM:

ROSAMARIA FERREIRA DE CARVALHO

Secretário de Estado de Assistência Social e Cidadania - SETASC

CONTRATANTE

SAMUEL PEVIDOR JUNIOR

Representante Legal

CONTRATADA


 ROSAMARIA FERREIRA DE CARVALHO
 Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 004/2022/SETASC/MT

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANA - SETASC E ANDRÉ PHELIPE PAGANOTTI DA SILVA

OBJETO: Aquisição de lanches, locação de mesas, cadeiras, toalhas de mesas, itens necessários para realização de eventos realizados e/ou apoiados pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania - SETASC/MT.

DO FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 196687/2020, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020/SETASC/MT, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021/SETASC/MT.

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade 12 (doze) meses, contados a partir de 14/01/2022 a 13/01/2023.

DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO Fica designado, pela Contratante: SUP. DE GESTÃO DO SUAS -**Fiscal:** Maria Aparecida Nunes Rodrigues - **Matrícula:** 283580; **Suplente:** Pamela de Carvalho Vieira - **Matrícula:** 138290. SUP. DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS -**Fiscal:** Antonio Benício Martins de Siqueira **Matrícula:** 294647; **Suplente:** Marilza Maria de Oliveira - **Matrícula:** 291255. SACIS -**Fiscal:** Samir Aidamus do Prado- **Matrícula:** 94538; **Suplente:** Emerson Toledo Santana - **Matrícula:** 58927. CEDCA -**Fiscal:** Lea Gonçalves C. de Jesus- **Matrícula:** 120616; **Suplente:** Flávia Prestes de Oliveira Souza - **Matrícula:** 254047. CEDEDIPI/MT -**Fiscal:** Dayane Flora Santos Soares- **Matrícula:** 257266; **Suplente:** Marilu Monteiro G. Neto - **Matrícula:** 115947.

PROCON -**Fiscal:** Valquíria Duarte de Souza- **Matrícula:** 253867; **Suplente:** Bruna Capobianco de Carvalho- **Matrícula:** 295738. CEAS -**Fiscal:** Luciane Cerqueira Moraes- **Matrícula:** 81772; **Suplente:** Alda de Souza Lélis - **Matrícula:** 66745. CONEDE -**Fiscal:** Victoria Jorge da Cunha Machado- **Matrícula:** 281257; **Suplente:** Marilu Monteiro Guimarães Neto - **Matrícula:** 115947. COORD. CAD. DE PROG.SOC.E BOLSA FAMILIA -**Fiscal:** Claudete Pio Teles- **Matrícula:** 253981; **Suplente:** Rubia Cristina L.Silva - **Matrícula:** 214103. COORD. GESTÃO DE BENEF. DOS PROG. SUAS -**Fiscal:** Marielza Miranda Gonçalves- **Matrícula:** 254452; **Suplente:** Simone Luzia da S. Felix - **Matrícula:** 115947. COORD. PROM. DOS

DIREITOS HUMANOS -**Fiscal:** Cristian Anderson Caso Fernandes- **Matrícula:** 293767; **Suplente:** Rodrigues Schneider de Amorim Souza - **Matrícula:** 258403. CENTRO DE REF. EM DIREITOS HUMANOS -**Fiscal:** Katiellen Martins Gonçalves- **Matrícula:** 305431; **Suplente:** Edjane da Silva Barbosa Correa - **Matrícula:** 131754. CEDDPH -**Fiscal:** Jane Barbosa Galvão de Carvalho- **Matrícula:** 254450; **Suplente:** Gabriel Augusto Metello Otto - **Matrícula:** 294244.CEDM -**Fiscal:** Borenilce Maria de Figueiredo- **Matrícula:** 80678; **Suplente:** Marilu Monteiro Guimarães Neto - **Matrícula:** 115947. CONJUV -**Fiscal:** Gabriel Augusto Metello Otto- **Matrícula:** 294244; **Suplente:** Marilu Monteiro Guimarães Neto - **Matrícula:** 115947. GAB SETASC-**Fiscal:** Wanessa de Magalhães Almeida- **Matrícula:** 295741; **Suplente:** Lodete Syrley Disarsz Alvez - **Matrícula:** 249608. CEP/MT -**Fiscal:** Gabriel Augusto Metello Otto- **Matrícula:** 294244; **Suplente:** Marilu Monteiro Guimarães Neto - **Matrícula:** 115947. SAASCOM-**Fiscal:** Mariana Brandão de Almeida Rabelo - **Matrícula:** 302763; **Suplente:** Jânia Cristina Moraes Rodrigues - **Matrícula:** 293782. CPPDDH -**Fiscal:** Rodrigues de Amorim Souza **Matrícula:** 258403.

DO PREÇO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços, o valor total de R\$ 38.637,52 (Trinta e Oito Mil Seiscentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

ASSINAM:

ROSAMARIA FERREIRA DE CARVALHO

Secretário de Estado de Assistência Social e Cidadania - SETASC

CONTRATANTE

ANDRÉ PHELIPE PAGANOTTI DA SILVA

Representante Legal

CONTRATADA

SECITEC

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PORTARIA Nº 03/2022/SECITECI/MT

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições e prerrogativa legais conferidas pelo artigo 71, II da Constituição do Estado de Mato Grosso; Considerando o princípio da eficiência na Administração Pública, que recomenda a adoção de medidas que asseguram a continuidade na execução dos atos administrativos.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **DORALICE CORREA AFONSO**, matrícula 203990, para responder, em caráter de substituição, pela Gerência de Protocolo, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, durante o período de 18/01/2022 a 01/02/2022, em razão da titular **MARILZA COSTA SALVADOR**, matrícula 262796, estar em gozo de férias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Cuiabá - MT, 14 de janeiro de 2022.

NILTON BORGES BORGATO

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

SEDEC

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO Nº 014/2021/SEDEC

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso - SEDEC, por intermédio de seu Secretário de Estado Sr. CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA, **HOMOLOGA** o Pregão Eletrônico Nº 014/2021/SEDEC - ATA SRP Nº 00002/2021, Processo Administrativo nº 445906/2021/SEDEC, composta de 1(um) LOTE ficando o resultado da seguinte forma, o Lote 1 -**HOMOLOGADO**.

Cuiabá, 14 de janeiro de 2022.

CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico/SEDEC-MT
ORIGINAL ASSINADO

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE ALTERAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 13/2021 - CSL/SINFRA

A COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA - CSL/SINFRA, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE A CONCORRÊNCIA Nº. 013/2021-CSL/SINFRA, OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA CASA

DO PACIENTE JUDICIÁRIO NO HOSPITAL NINA RODRIGUES, EM SÃO LUÍS, NO ESTADO DO MARANHÃO, publicado no D.O.U., SEÇÃO 3, Nº. 08 de 12/01/2022, página 159, teve retificado a descrição do resultado.

São Luís, 12 de janeiro de 2022.
ROSANE MARIA DE CARVALHO RAMOS
Presidente da Comissão

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021/SEDEC

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso - SEDEC, por intermédio de seu Secretário de Estado Sr. CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico Nº 014/2021/SEDEC - ATA SRP

Nº 00002/2021, Processo Administrativo nº 445906/2021/SEDEC, composta de 1(um) LOTE ficando o resultado da seguinte forma, o Lote 1 -HOMOLOGADO.

Cuiabá, 14 de janeiro de 2022.
CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA
Secretário

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021/SEDEC

ATA SRP Nº 2/2021 - Processo Administrativo nº446905/2021/SEDEC

A Secretaria Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso - SEDEC, por intermédio do Pregoeiro, o Sr. MAURICIO RODRIGUEZ MANEIRO, designado pela Portaria nº038/2021/GSAAS/SEDEC, de 05 de Outubro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso Nº28.099, em 06 de Outubro de 2021, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para conhecimentos dos interessados, o resultado da Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico Nº014/2021/SEDEC, composta de LOTE ÚNICO, sendo ADJUDICADO, conforme condições e especificações detalhadas, constantes no Edital 014/2021/SEDEC e seus anexos. Ficando o resultado, conforme a seguir:

LOTE (Único)		ADJUDICADO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	MARCA MODELO	VALOR UNIT.
01	<p>CAMINHÃO PIPA - Cassi de caminhão novo de fabricação nacional, ano 2021, modelo 2021, cabine frontal com basculamento, revestido em chapa de aço, tração 6x2, motor a diesel, potência mínima de 250cv, 6 cilindros em linha, peso bruto total de 23.000kg, capacidade máxima de tração de no mínimo 35.000kg, com mínimo de 6 marchas a frente e 1 a ré, ar condicionado na cabine, tanque de combustível de no mínimo de 270 litros, sistema elétrico de 24 volt, freios a ar, freio motor de cabeçote e válvula tipo borboleta, direção hidráulica, equipado com tanque pipa de 11.000ltrs, com</p> <p>sistema de caixa bomba, estrutura, corpo, tampões e quebra ondas, tampa de carga e inspeção, longarinas, para-choques conforme resolução do Contran 152/2003 (articulado), guarda corpo, passadiço antiderrapante, sinalização, descarga, sistema de fixação, protetor de ciclista, pintura externa eletrostática na cor solicitada, pintura interna, conjunto motor e bomba multiplicadora com vazão 75 m³/h e pressão de 70mca acionado pela tomada de força multiplicadora inclusa no conjunto, instalada na caixa de câmbio do veículo, com transmissão através do eixo homo cinético, sucção, com mangueira</p> <p>de sucção com 5m e válvula de pé, expedição, saída para recalque com diâmetro de 2 polegadas, fixadas nas laterais do tanque com engate stortz, barra de irrigação com comando direto da cabine por sistema pneumático, carretel com mangote de borracha pressão de 70mca acionado pela tomada de força multiplicadora inclusa no conjunto , instalada na</p> <p>caixa de câmbio do veículo, com transmissão através do eixo homo cinético, sucção, com mangueira de sucção com 5m e válvula de pé, expedição, saída para recalque com diâmetro de 2 polegadas, fixadas nas laterais do tanque com engate</p> <p>stortz, barra de irrigação com comando direto da cabine por sistema pneumático, carretel com mangote de borracha</p> <p>diâmetro de 1 pol. por 8mts de comprimento, bicos de patos instalados na traseira do tanque, articulados, acionados pela pressão da bomba e comando direto da cabine por sistema pneumático, canhão para combate a incêndio instalado na parte superior do tanque com movimentos através do cabo volante com trava de posicionamento tendo como alcance 45 mts, com movimentação de 360° na horizontal e de 15° a 80° na vertical.</p>	UN	8	VOLKSWAGEN 24.260 ROBUST EQUIPADO COM TANQUE PIPA 11.000 LITROS	R\$ 615.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 4.920.000,00 (QUATRO MILHÕES, NOVECIENTOS E VINTE MIL REAIS)					

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMPANHIA DE SANEAMENTO

AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL Nº 5.2021/0761 - PEM

Para ME/EPP com opção para ampla participação).

Objeto: Conjuntos Motobombas Subersíveis. A COPASA MG informa que o Pregão Eletrônico, objeto acima mencionado, marcado anteriormente para o dia 13/01/2022 às 08:45 horas, fica adiado para o dia 22/02/2022 às 09:30 horas. Edital disponível em 09/02/2022. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Licitações e Contratos/Licitação).

Motivo: "Adequação no procedimento licitatório".

Belo Horizonte 17 de janeiro de 2022.
CARLOS EDUARDO TAVARES DE CASTRO
Diretor-Presidente da Empresa

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS -EMATER MG

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2021

A EMATER-MG torna pública a suspensão do Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 39/2021 - Processo SEI nº 3040.01.0004611/2021-55 - Objeto: Aquisição de pneus para os veículos da EMATER-MG. Fica suspenso "Sine Die" sendo nova data para abertura do certame a ser publicado em momento oportuno. Motivo: Agindo por precaução em atendimento ao Ofício TCE nº 281/2022, Processo nº 1114400 - Denúncia.

Belo Horizonte, 17 de janeiro de 2022.
MARIA DA SAÚDE BATISTA DE PAULA SANTOS
Pregoeira

AVISOS DE LICITAÇÃO

Nº CPLI.1120220015

Objeto: execução, com fornecimento total de materiais, das obras e serviços de Complementação Ampliação e Melhorias do Sistema de Esgotamento de Esgoto de Conquista / MG. Dia: 08/02/2022 às 14:30 horas - Local: Rua Carangola, 606 - Térreo - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG. Mais informações e o caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, através de download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações e contratos/licitações, pesquisar pelo numero da licitação), a partir do dia 18/01/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO SPAL Nº 5.2022/0019 - PEM

ME/EPP com opção para ampla).

Objeto: Medidores de Nível.

Dia da Licitação: 01 de fevereiro de 2022 às 08:45 horas. Edital e demais informações disponíveis a partir do dia 19/01/2022 no site: www.copasa.com.br (link: Licitações e Contratos/Licitação).

Belo Horizonte 17 de janeiro de 2022.
CARLOS EDUARDO TAVARES DE CASTRO
Diretor-Presidente da Empresa

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 278/2021 - SRP

Tipo: Menor Preço.

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, realizará a licitação para COMPRA CENTRAL - MEDICAMENTOS (DESERTOS II E III), em atendimento à demanda de diversos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais. A sessão do pregão iniciará no dia 31/01/2022, às 10h00min, no site www.compras.mg.gov.br mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. BH/MG 18 de janeiro de 2022

JAFER ALVES JABOUR
Superintendente Central de Compras
Governamentais/SEPLAG